

# INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA - IAC

TEMA	PROCESSO PARADIGMA	QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO JULGADOR	RELATOR	TESE FIRMADA
03	0032023-97.2016.8.24.0000	Servidor Militar. Deferimento de tutela antecipada para determinar não incidência do Imposto de Renda sobre a verba intitulada "indenização por regime Especial de Serviço Ativo - IRESA". Competência recursal.	Trânsito em julgado	Grupo de Câmaras de Direito Público	Des. João Henrique Blasi	É afeto ao Juizado Especial da Fazenda Pública e, conseqüentemente, à Turma de Recursos, o julgamento de causa em que se discute a incidência do imposto de renda sobre a Indenização por Regime Especial de Serviço Ativo – IRESA, cujo valor não supere sessenta salários mínimos, nos termos do art. 2º da Lei 12.153/2009.
04	0000924-31.2014.8.24.0081	Discussão quanto à necessidade de pertinência temática do adesivo aos temas debatidos no recurso principal.	Trânsito em julgado	Órgão Especial	Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	Tanto na vigência do Código de Processo Civil de 1973 quanto na vigência do Código de Processo Civil de 2015, não é necessário haver vinculação temática do recurso adesivo com o recurso principal; a admissibilidade do adesivo condiciona-se apenas à existência e ao juízo de admissibilidade positivo do recurso principal.

TEMA	PROCESSO PARADIGMA	QUESTÃO SUBMETIDA A JULGAMENTO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO JULGADOR	RELATOR	TESE FIRMADA
08	0010158-18.2016.8.24.0000	<p>"(1º) a quem incumbe o pagamento dos honorários periciais no caso do requerente da prova ser beneficiário da justiça gratuita;</p> <p>(2º) se a relação for de consumo, mesmo com a inversão do ônus da prova, existe o dever do Réu, que não postulou a produção prova pericial, adiantar parte dos honorários do expert, além de ser necessária a ratificação ou revogação da Súmula 26 deste Tribunal de Justiça pelo Órgão Especial; e,</p> <p>(3º) se o valor dos honorários do perito quando decorrente de ação em que a parte requerente seja beneficiária da justiça gratuita deve observar os parâmetros da resolução do Conselho Nacional de Justiça".</p>	Admitido	Órgão Especial	Des. Raulino Jacó Brüning	